

FEMINISMO, POLÍTICA, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, HISTÓRIA DAS MULHERES E LUTA SINDICAL NA FRANÇA DOS ANOS 1960-1970Annabelle Bonnet¹**Notas para uma pesquisa sobre a relação entre história das mulheres, campo acadêmico e feminismo sindical na França dos anos 1960-1970**

A questão da construção da narração histórica e da escritura da história, ou seja, a maneira pela qual a selecionamos, organizamos e transmitimos através de várias instituições e diversos meios de comunicação, formando uma história legítima, oficial, admitida, em uma palavra, considerada como verdadeira, é um dos desafios principais da “história das mulheres” desde sua elaboração na França como um ramo da pesquisa acadêmica, em desenvolvimento desde o início dos anos 1970 e está, portanto, no centro de uma pesquisa em sociologia do gênero². A abordagem geral dessas pesquisas consiste tanto em encontrar uma história esquecida, excluída da Universidade, para transformá-la em uma história legítima, como em tomar as relações entre os sexos como prisma de análise das situações³. Além disso, é geralmente reconhecido que o aparecimento da chamada “história das mulheres” corresponde e resulta, no plano prático, ao advento das lutas feministas na França, que teria sido organizado a partir de 1968, principalmente em Paris, e cujo surgimento e sucesso estariam em parte relacionados à contestação da

¹ Doutoranda em Sociologia pelo CESPRA - Centre D'Études Sociologiques Et Politiques Raymond Aron, França.

² Sobre o processo de institucionalização dos estudos feministas, ver o artigo de ZAIDMAN, Claude, “Institutionnalisation des études féministes”, *Les cahiers du CEDREF*, 4-5, 1995, pp. 131-137. Para que se tenha uma ideia deste estágio das pesquisas, vale mencionar a criação de duas revistas pioneiras: *Les cahiers du GRIF*, primeira revista feminista acadêmica em língua francesa criada em 1973 pela filósofa Françoise Collin, e *Questions féministes*, fundada em 1977 pelas filósofas Christine Delphy e Simone de Beauvoir. Pode-se também notar em 1974 o estabelecimento do primeiro grupo de estudos feministas na Universidade de Jussieu pelas historiadoras Michelle Perrot e Françoise Basch.

³ Sobre a construção histórica, ver PERROT, Michelle (dir), *Une histoire des femmes est-elle possible ?*, Marseille, Rivages, 1984. 21 cm, 227 p., seguido por: *Les femmes et les silences de l'histoire*, Paris, Flammarion, 1998, 493 p., e posteriormente, PERROT, Michelle, DUBY George (dir), *Histoire des femmes en occident*, Plon, Paris, 1990-1991, (5 volumes); CORRADIN, Irène et MARTIN, Jacqueline (dir.), *Les femmes sujets d'histoire*, Toulouse, Presses universitaires du Mirail, 1999, 351p. Veja também a historiadora THÉBAUD, Françoise, *Ecrire l'histoire des femmes et du genre*, Lyon, ENS Editions, 2007, 312 p. Sobre a história do pensamento feminista, consulte as primeiras pesquisas da historiadora do pensamento feminista: FRAISSE, Genevieve, *Femmes toutes mains, essai sur le service domestique*, Paris, Seuil, 1979, 245 p., e *Opinions de femmes, de la veille au lendemain de la Révolution française*, Paris, Côté-Femmes éditions, 1989, 176 p.

ordem acadêmica, protesto que mistura crítica epistemológica e ativismo. Assim, a história da conquista feminista da década de 1970 na França aparece como um movimento intra-acadêmico que teria se propagado no mundo social, e cujos diferentes grupos feministas daí resultantes, o mais conhecido sendo o Mouvement de Libération des Femmes, teriam feito surgir na cena pública a questão da dominação das mulheres.

Há uma questão que atravessa e estrutura, de certa forma, esta história fundadora das mulheres, ainda mais porque ela suscita um interesse renovado nos últimos anos. Trata-se da questão da relação entre socialismo e feminismo.

Pesquisadoras respeitadas e com largo histórico de produção no campo acadêmico e no ramo da história das mulheres fizeram há pouco tempo o levantamento de quarenta anos de pesquisa sobre a relação entre esses dois termos. Por exemplo, três historiadoras das mulheres francesas voltaram a atenção, nos últimos anos e após o pedido de várias instâncias que se reivindicam vinculadas à luta socialista, a tais relações. É interessante sublinhar os tipos de lugares que têm acolhido essas intervenções: Michelle Perrot é convidada, em 1999, pela sede da Confederação Geral do Trabalho (CGT), para um colóquio nacional de dois dias, quando apresenta uma conferência intitulada *As mulheres e o sindicalismo*, e, em 2012, depois da publicação da biografia de uma trabalhadora militante da CGT (PERROT, 1999, 2012). Sylvie Chaperon é convidada pela Universidade Popular de Toulouse⁴, onde narra uma *História conflituosa* entre estes dois grupos (CHAPERON, 2012), e Françoise Thébaud é convidada pela Fundação Jean Jaurès para um colóquio em 2009 que tem como objeto a discussão destas relações (THÉBAUD, 2009)⁵.

Em suas conferências, as historiadoras colocam a ênfase sobre as dificuldades de pensar estes dois termos juntos. *História conflituosa* é o título da conferência da historiadora Sylvie Chaperon. Por que tal título? A autora indica que “esses dois movimentos estão em concorrência em um mesmo terreno: quem falará em nome dos trabalhadores?” “Quem vai representar melhor as reivindicações dos trabalhadores?” (CHAPERON, 6’20-6’40). Para Françoise Thébaud, as relações entre socialismo e feminismo também são complexas, na medida em que a questão central é a possível absorção de um termo pelo outro. Assim, a autora se pergunta em sua introdução: “é o

⁴ “L’Université Populaire” é definida no começo da conferência como uma produção de “militantes do tecido associativo, sindical e político e de um número de intelectuais comprometidos”.

⁵ A historiadora é convidada novamente em 2015 para dar uma conferência sobre os primórdios do sindicalismo francês. Veja o link: <http://www.ihs.cgt.fr/IMG/pdf_19_fevrier_2015_Michele_Perrot_Cycle_La_CGT_a_120_ans__1_.pdf>

feminismo, portanto, solúvel no socialismo, via soberana para a emancipação dos(as) oprimidos(as)? O Socialismo realmente assume a questão dos direitos da mulher e da igualdade dos sexos? Essas perguntas se têm colocado hoje como ontem” (THÉBAUD, 2009, p. 5). Assim, enquanto para a primeira há uma competição entre os dois termos, para a segunda há a possibilidade de absorção instituída pelas pretensões socialistas de resolver todos os problemas do mundo social. Michelle Perrot (1999), responde à solicitação da CGT que pediu para ela falar das mulheres sindicalistas, e, desse modo, oferece uma abordagem ligeiramente diferente: ela entra na história do campo sindical focando sua apresentação em torno da questão de saber se, para a CGT, as mulheres devem ser organizadas especificamente como tais.

Estes exemplos fornecem uma perspectiva de análise comum: põem a existência duas histórias que podem ser elaboradas separadamente, cuja relação aparece sob o prisma de um problema que tende a assumir a forma de uma concorrência e que sugere um tratamento interno das contradições do socialismo. O que Michelle Perrot considera estranho em um movimento supostamente igualitário que teria discriminado uma parte da população (PERROT, 1999, 15'-15'50), aparece assim como o prisma central. De resto, para completar esta análise, seria preciso analisar até que ponto esse discurso se generalizou – período a período e país a país – e estudar até que ponto se tornou não a conclusão de uma investigação, mas um pressuposto dela.

Este artigo trata do estabelecimento de tal discurso na França, mais especificamente no sindicalismo classista. Ele está dividido em três partes: exporá primeiramente a aparição de uma história acadêmica sobre esse assunto bem como o ponto de vista adotado por este espaço, para depois expor outra história do feminismo sindical sublinhando seu papel, no século 20, na aquisição dos direitos das mulheres e, finalmente, proporá algumas hipóteses em direção a uma abordagem para a compreensão do confronto destas duas histórias.

As pesquisas sobre o feminismo sindical da CGT em França: nascimento de um discurso, balanço e perspectivas

Antes de tudo, é possível prosseguir esta análise com uma apresentação de uma análise historiográfica feita sobre o campo acadêmico (BOURDIEU, 1999) e a aparição dos trabalhos relativos às mulheres e à primeira confederação sindical dos trabalhadores da França (em termos históricos e numéricos) fundada sobre o princípio da luta de classes,

ou seja, a Confederação Geral do Trabalho (CGT). Como o enuncia a revista do Quebec *Recherches féministes*, que consagra pela primeira vez em 2006 um dossiê ao tema da relação entre feminismo e sindicalismo, a escassez das pesquisas dedicadas às relações entre mulheres e trabalho na Academia antes de 1970 é necessariamente vinculada à sua invisibilidade geral como objeto de pesquisa, bem como à sua exclusão física deste espaço – um lugar que por vários processos impedia o acesso às mulheres. Nesse sentido, as autoras da referida edição da revista afirmam, por exemplo, que a sociologia do trabalho é na verdade o que as autoras da revista chamam de “sociologia do trabalho masculino” (SIRMA, GAGNON, QUADRI, 2006, pp. 1-23). A aparição de uma história das mulheres e do socialismo e de uma história das mulheres e do sindicalismo dentro da Universidade aparece, portanto, após este período. As historiadoras pioneiras lembram-nos, por outro lado, da forte presença que o ramo da história social e do trabalho tinha no começo das suas pesquisas: quase inexistente até a década de sessenta, ela desenvolveu-se muito depois e teve uma inegável importância na orientação de suas pesquisas, cujo prisma do trabalho e de análise do mundo operário constituía a chave de compreensão⁶.

Como se divide então a maneira de abordar o sindicalismo neste novo espaço? Segundo um recenseamento feito pelo Instituto de História Social da Universidade Paris 1⁷, os estudos sobre a “história geral” dos sindicatos têm, no período compreendido entre 1956 e 1998, a seguinte configuração: sobre a história da CGT, 44 trabalhos – artigos, livros etc. –, dentre os quais 10 foram publicados fora da Academia por casas editoriais políticas ou sindicais. Deve-se notar que o sociólogo Dominique Labbé, que estudou as publicações sobre a CGT compreendidas entre 1945 e 1993, apesar de ter achado 529 trabalhos sobre o tema para o período, salienta que “não há muitas obras gerais sobre a CGT” (LABBÉ, 1993, p. 192).

Para a Confédération Française des Travailleurs Chrétiens (CFTC/CFDT), – confederação reformista nascida em 1919 em resposta ao crescente número de inscritos na CGT⁸ – o Instituto listou 81 publicações, dentre as quais 8 foram editadas

⁶ Assim Françoise Thébaud enuncia: “Na França, mas também em outros lugares, (...) a história das mulheres teve apoio em sua infância, particularmente na história contemporânea, sobre a história social e a história do trabalho bem instalada nos anos 1960 e 1970”. THÉBAUD, Françoise, *Socialisme, femmes et féminisme*, Paris, Jean Jaurès Fondation, p. 9.

⁷ Esta Bibliografia está disponível a partir do seguinte enlace: <https://biosoc.univ-paris1.fr/IMG/pdf/pros4.pdf>

⁸ A Circular n.º 2, que organiza a Confederação precisa “a necessidade absoluta de tornar-se uma Confederação porque somos 90 000 quando a CGT anuncia 2 milhões de membros” (p. 3). Lembra

externamente à academia. Para a Force Ouvrière (FO) – confederação fundada em 1947, resultante da política externa dos Estados Unidos na Europa (RADOSH, 1969) – há 13 obras incluindo 5 realizadas pela própria FO, cujo “serviço de documentação não disponibiliza para pesquisadores seus arquivos internos” (RÉGIN, 2002, p. 2). Neste mesmo período, o Instituto lista no total 23 documentos publicados sobre a relação entre feminismo e sindicalismo e 13 deles referem-se à CGT, mas 7 estão fora da área acadêmica. Do total, 7 referem-se à CFTC/CFDT e nenhum foi publicado fora de publicações acadêmicas. Uma primeira conclusão pode ser depreendida deste estudo: há menos da metade dos estudos elaborados para o sindicalismo de classe que para o sindicalismo reformista⁹. A respeito dos dados numéricos, é necessário interrogar, por um lado o grau de visibilidade de cada um, para diferenciar as obras que conheceram alguma posteridade, e, por outro, quando as informações permitem, as problemáticas privilegiadas e o discurso emergente sobre a CGT.

A historiadora Françoise Thébaud, que fez um balanço historiográfico dos trabalhos existentes sobre o tema “feminismo” e “socialismo”, nos marcos do qual desenvolve sua pesquisa sobre o sindicalismo. Tais trabalhos se iniciam em 1978 e chamam a atenção para duas grandes figuras que têm estudado a relação entre mulheres, feminismo e sindicalismo da CGT. A primeira, Madeleine Rebérioux, está listada como uma das pioneiras no estudo dessas relações (THÉBAUD, 2009, p. 6). Essa historiadora organiza o seminário *As mulheres e a classe trabalhadora*, em 1978, composto de uma seção chamada “Mulheres e sindicalismo”, que até hoje só está disponível em áudio e com um acesso restrito aos membros da Universidade de Paris 8. Ela escreve o prefácio da biografia da militante da CGT e feminista Madeleine Colin, em 1990, e publica em 1981 *Les ouvriers du livre et leur fédération* (REBÉRIOUX, 1981), que aborda, entre

também que “a Confederação só deve unir organizações inspiradas pela doutrina social da Igreja” e com um compromisso com conflitos de alvo de empregadores: “entre a intransigência - revolucionário e empregador - sindicatos cristãos foram trazidos e a vontade de ser ainda um papel de mediadores que beneficiará para todos os seus colegas”. (p. 5) A CFTC tornou-se em 1964 Confédération Française Démocratique du Travail, após um processo de descristianização.

⁹ Precisa fazer o mesmo trabalho historiográfico sobre a União CFTC/CFDT. No entanto, pode desenhar uma linha geral de universidade que a representa como um espaço mais receptivo aos problemas das mulheres, cujo caráter cristão permitiria mais facilmente que as mulheres tenham seu lugar: Ver Zancarini-Fournel, Michelle, “Une vieille histoire ?”, *Clio, Femmes, genre, histoire*, “métier, corporation, syndicalisme”, 1996, p. 3, que indica a importância do “papel da religião, o catolicismo em particular, relacionado com a criação de organizações específicas em que as mulheres teriam podido ocupar um lugar.” Ver Michel Launay, *La CFTC. Origines et développement 1919-1940*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1986, p. 19, que indica que “este arcaísmo que preside à separação entre masculinos e femininos dos sindicatos esta na origem de um autêntico poder feminista dentro do sindicalismo cristão.”; Ver também Perrot, Michelle, *As mulheres e o sindicalismo*, (PERROT, 1999, 15'-15'50), que observa que, como a CFDT “tem as origens deste lado, pode haver uma cultura feminina um pouco mais forte”.

outras questões, a questão das mulheres no movimento trabalhista CGT.

A segunda é Marie-Hélène Zylberberg-Hocquard, que publica *Féminisme et syndicalisme en France* (ZYLBERBERG-HOCQUARD, 1978), em que, de acordo com a interpretação de Thébaud, “analisa as modalidades da resistência operária” (THÉBAUD, 2009, p. 11). Não citado pela historiadora, Margaret Maruani publica, em 1979, um estudo sobre *Les syndicats à l'épreuve du féminisme* (MARUANI, 1979). O título tem em si um sentido: o feminismo provoca uma mudança na Confederação, e não o contrário, e a pesquisa chega à conclusão, de acordo com um recenseamento da prestigiada *Revue française de sociologie*, que “o sindicalismo começa a levar timidamente em conta” (DUBOIS, 1980) a questão das mulheres. Note-se que a perspectiva adotada produz uma análise somente interna ao campo do sindicalismo e consiste em avaliar negativamente a participação do sindicato e os limites do mesmo.

Identifica-se também o livro de 1975 de Anne-Marie Sohn, *Féminisme et syndicalisme, les institutrices de la fédération unitaire de l'enseignement de 1919 à 1935* (SOHN, 1975), que está disponível na forma de manuscrito na Biblioteca Nacional da França. Por fim, o Centro de História Social de Paris 1 lista 4 dissertações desenvolvidas entre 1973 e 1995, que não foram publicadas (GAUTHIER e RAYNAL, 1979; AVRAN, 1983; DENIS-MORILLON, 1981; JOUIN, 1975). Duas referem-se à organização sindical na indústria do vestuário, sector mais feminizado, uma estuda ao mesmo tempo a CGT e a CFDT, e a última estuda somente a CGT. Dois outros estudos podem ser adicionados (JULIENNE, 1982; VIGNE, 1984).

Entre os anos 1980 e 2000, as pesquisas são mais raras. De fato, é preciso esperar o trabalho – repertoriado por Françoise Thébaud – da historiadora Slava Liszeck, uma das editoras da revista das mulheres da CGT, que publica em 1994 *Marie Guillot, de l'émancipation des femmes à celle du syndicalisme* (LISKECK, 1994). Ela desenvolve o mestrado sobre este tema, participa em várias conferências, também contribui com o dicionário Maitron – dicionário que lista os militantes –, com uma nota sobre a militante da CGT Madeleine Colin. A primeira tese exclusivamente dedicada a este tema é desenvolvida também por ela, que, entretanto, não teve tempo de a completar¹⁰. Há também um trabalho de mestrado (WISNER, 1999). Finalmente pode-

¹⁰ Ver também, desta autora : Liszek Slava, *La CGT et la défense des femmes salariées 1944-1968*, DEA (dir. F. Thébaud), Université de Paris VII, 1997, 63 p. + 46 p ; Liszeck Slava, “Les pionnières des PTT”, *Antoinette*, n° 238, Paris, 1985 ; a suas participações no “dia Maitron” em 2001, em 1999 no colóquio organizado pela CGT sobre o tema “mulheres e sindicalismo”, em 2003 no colóquio *A CGT durante os anos 1950*, organizado pelo CGT, pelo centro social da história do século XX e sua intervenção sobre “la

se acrescentar, no campo acadêmico, uma jornada de estudos realizada na EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales) em 2009 sobre o tema “gênero e sindicalismo: comparação anglo-francesa”, que tem como objetivo mostrar as dificuldades do sindicalismo para integrar a questão das mulheres. Em outras palavras, os trabalhos acessíveis são muito poucos e não existe nenhuma história sistemática sobre este tema.

Finalmente, em 2012 a historiadora Jocelyne George publica um livro sobre a história das feministas da CGT, através de um estudo da história de sua revista (GEORGE, 2011). Seu trabalho é, antes de tudo, resultado de uma preocupação em recuperar que houve de fato um feminismo sindical. Ela escreve em resposta a uma tendência que favorece uma análise interna dos problemas das mulheres no campo sindical, levando em conta, ao contrário, o sindicalismo em suas diferentes dimensões sociais para compreender a dinâmica que o atravessa e o determina (GEORGE, 2012).

A CGT como espaço fundamental de construção do feminismo assalariado: 1895-1974

Há outro campo de pesquisa sobre este tema dentro do espaço sindical – a CGT tem uma política cultural, e, desde 1982, um Instituto de História Social que disponibiliza seus arquivos e permite desenvolver uma história do sindicalismo. Esta parte é consagrada à leitura de 4 livros, que são aqui considerados como fontes primárias, pois oferecem uma história das relações entre mulheres e o sindicalismo CGT. Estes livros foram consultados após a leitura da obra da historiadora Jocelyne George, que, com sua publicação, abre a porta para um conjunto de perguntas. Foram publicados fora do espaço acadêmico pela Éditions Sociales, importante editora fundada e organizada pelo Partido Comunista Francês, e não conheceram reedição, o que evidentemente tornou o acesso a eles menos disseminado. Dois dos quatro livros são escritos por militantes da CGT: Madeleine Colin publica *Mulheres, sindicatos, lutas de classe, isto não é de hoje* (COLIN, 1975) e Louissette Blanquart *Mulheres: idade política* (BLANQUART, 1974), enquanto o terceiro é a publicação dos trabalhos da quinta Conferência Nacional organizada pela CGT sobre o tema *Mulheres trabalhadoras* (CGT, 1973). A quarta referência, *Mulheres, que libertação?*, é publicada por uma ativista do

bataille des militantes de 1944 à la fin des années 1950”; por fim, a sua participação ao dia *Les femmes de la CGT*, em 2007, no “International Institut of Social History”.

partido comunista, Madeleine Vincent, cujos comentários lidando com o mesmo tema revelam ao pesquisador as tendências da época (VINCENT, 1976). Os quatro livros foram publicados no mesmo período, entre 1973 e 1976. Seu contexto, relativamente ao que foi dito acima, é o mesmo que aquele da “história das mulheres” na Universidade.

Assim, estamos diante de dois espaços de publicação que têm como tema o mesmo objeto de estudo: a história das mulheres. Mas o que impulsiona estas militantes a escrever? Os livros iniciam-se com a mesma abertura: “escreve-se muito sobre a situação das mulheres. Leem-se muitos artigos, estudos e trabalhos...” (COLIN, 1975, p. 9) “a questão feminina está na moda. Ela invade os jornais, a rádio, a televisão” (BLANQUART, 1974, p. 7). “As mulheres são um tema atual. Falamos sobre seu papel na sociedade, sua posição (...) na disputa sobre se seu lugar é em casa ao invés do trabalho e vice-versa” (VINCENT, 1976, p. 15). Portanto, neste período, se trata de assunto de grande atualidade.

Mas há um problema para estas autoras: a maneira de contar as lutas feministas não leva em conta, segundo elas, o trabalho das militantes sindicais. Madeleine Colin lembra que “nenhum dos seus nomes aparecem nos livros que louvam a coragem e as lutas das mulheres por sua emancipação” (COLIN, 1975, P. 17), enquanto que Louisette Blanquart recorda que “poucos livros tendo como assunto o estatuto das mulheres falam da vida política das mulheres” (BLANQUART, 1974, p. 11). A história que está sendo contada não deixa espaço, de seu ponto de vista, para a importância das lutas feministas no trabalho. E a motivação da sua publicação é uma urgência, em suas próprias palavras, de “preencher uma lacuna” (COLIN, 1975, p. 16).

Com efeito, as obras propõem uma análise societal das diferentes ações coletivas da CGT para melhorar a situação das mulheres: elas oferecem um estudo, não dos conflitos e das competições, mas da riqueza do espaço sindical. A problemática posta por estas obras é saber, como afirma Madeleine Colin, “como o problema feminino, e mais particularmente o do trabalho feminino, impôs-se à opinião pública? Qual foi o motor deste desenvolvimento?” (COLIN, 1975, p. 16). Essas questões expressam os desafios dos textos: designar os atores e identificar o que contribuiu aos avanços dos direitos das mulheres na década de 1970 na França, direitos que são o resultado de um processo que precisa ser evidenciado para que se identifique e se demonstre sua origem. Para fazer isso, as autoras analisam tais questões colocando-as em um tempo longo, recordando com isso que suas lutas e suas contradições pertencem a processos em construção, em relação aos quais não se pode tomar a parte pelo todo.

O objetivo dos livros pode ser resumido em três eixos: primeiro, mostrar que a força coletiva feminista, como ela é conhecida na década de 1970, é o resultado em grande parte do trabalho pioneiro do sindicalismo – longe de ser contraditório, na medida em que é possível reivindicar um espaço observando-o criticamente, sua afirmação não significa negar as contradições do espaço sindical, mas mostrar que é, historicamente, uma das áreas de produção de resistência social fundamental para o desenvolvimento do feminismo. Assim, as lutas para promover as políticas públicas do ponto de vista do salário, da independência das mulheres da família, da sexualidade, bem como as vitórias para a contracepção e a interrupção voluntária da gravidez, são produções das lutas sociais e em grande medida da luta sindical da CGT. Em segundo lugar, por extensão, trata-se de lembrar que as lutas coletivas do sindicalismo classista e as lutas feministas são historicamente relacionadas, levantando assim a questão do significado da autonomização da luta feminista em relação às lutas salariais. Finalmente, um último ponto está presente nos trabalhos, que consiste em lembrar que a consciência da dominação patriarcal como fato coletivo emerge muitas vezes, na prática, na luta contra a exploração salarial, que a CGT estruturou e organizou. (Seria oportuno, aliás, realizar um estudo semelhante a estes no que se refere às contribuições, para o direito das mulheres, do Partido Comunista Francês, cuja luta cruza a luta sindical, mas que não pode ser confundida com ela).

Certa forma de sindicalismo

É importante restituir as raízes e os fundamentos deste sindicalismo de modo a entender em que perspectivas se desenvolve o feminismo sindical. Legalmente, a CGT nasceu em 1895, da união de diversas Federações já formadas, ou seja, as federações locais de sindicatos, as federações nacionais das profissões e dos sindicatos, as bolsas do trabalho (HAMELIN, 2011) e também as federações da indústria. A CGT era a única Confederação até 1919. Ela reunia várias tendências e se orienta, a partir de 1906, pelo fundamento da luta de classes, ou seja por uma concepção que articula sindicalismo reivindicativo e transformação social revolucionária.

A carta de Amiens, elaborada nesse mesmo ano, evidencia o básico da CGT e de sua concepção das relações entre sindicalismo, economia e política¹¹. A sua principal

¹¹ Veja a carta completa neste enlace: <http://www.ihs.cgt.fr/IMG/pdf_Charte_d_amiens.pdf>

característica é ser um lugar de transformação social - o que é diferente da divisão clássica entre sindicato como espaço de controle imediato da política e partido como lugar da mudança social. A carta lembra então os dois tempos do movimento sindical, por um lado, com “o crescimento do bem-estar dos trabalhadores, graças a melhorias imediatas” e, por outro, a preparação de “completa emancipação que só pode ser conseguida com a expropriação capitalista” e que considera “que o sindicato, hoje grupo de resistência, será, no futuro, o agrupamento de produção e distribuição, base de reorganização social”. Essa posição é estimulada pela rejeição da visão estatal da sociedade, base do Estado Napoleônico, mas também por uma desconfiança em relação à República cujo regime parlamentar interclassista - apesar de propalar educação comum e valores iguais - está ligado à repressão sangrenta do estabelecimento de uma democracia social em 1870 pela Comuna de Paris (HUARD, 2010) (que Louise Michel, por exemplo, afirma ter feito mais de 100.000 vítimas diretas (MICHEL, [1898], 2015)).

Trata-se também de uma concepção da revolução que considera, tal como afirma o sindicalista Émile Pouget, que o proletariado “cria suas próprias condições de luta e desenha em si seus próprios meios de ação” (POUGET, [1903], 2009), e que, assim, o mundo do trabalho é o lugar central da luta pela mudança social. Como resultado, a Confederação não é apolítica, mas independente de partidos políticos: “a ação econômica deve ser exercida diretamente contra os empregadores e as organizações confederadas, como agrupamentos sindicais, não têm que se preocupar com os partidos”¹².

A organização política e geográfica da CGT decorre desta posição: a Confederação reúne as federações que reúnem os sindicatos, esses mesmos compostos por seções sindicais de profissões, e as uniões departamentais reúnem as uniões locais segundo as áreas de emprego e independentemente da profissão, a fim de não ser centralizadas e de poder sempre corresponder às realidades locais dos trabalhadores. O sindicato dos empregados é feito por áreas do trabalho e pratica o método de ação direta, de acordo com o diretório de ações possíveis, incluindo a greve geral, ou mesmo,

¹² Sobre as relações entre o PCF e a CGT, existe de facto varios momentos de discordancias: por exemplo, em 1920, a CGT se recusa a juntar-se à “Internacional sindical vermelha”, o que tem como consequencia a partida de uma minoria para o partido comunista. Em 1939, a CGT decide a exclusão de ativistas que se recusam a condenar o Pacto Germano-soviético; também, a CGT apoia luta pela Independência da Argelia desde o inicio. Veja também os litigios entre a União das Mulheres da França (Union des Femmes de France), organizada pelo partido comunista e as feministas da CGT, em Colin, Madeleine, *Traces d'une vie dans la mouvance du siècle*, Paris, autoédition, 1990.

se necessário, as atividades clandestinas. Finalmente, a Confederação coloca no centro dos seus objetivos a formação dos empregados “à ciência de seu infortúnio” – segundo a famosa expressão do sindicalista Fernand Pelloutier -, ou seja, à compreensão do sistema capitalista e do papel do assalariado nele. É nessas raízes, na definição do sindicalismo como projeto emancipatório, que o feminismo está localizado.

A defesa das mulheres trabalhadoras em algumas datas¹³

A problemática do trabalho das mulheres e a definição do proletariado

É preciso lembrar, para entender a relação entre feminismo e sindicalismo, que a organização coletiva do proletariado emerge ao mesmo tempo em que a posição das mulheres como assalariadas. De fato, o sindicato está se consolidando quando começa, por um lado, a entrada maciça de mulheres em serviços públicos (em função da abertura de concursos em 1880 para as mulheres e da política de escolarização), e, por outro lado, sua afluência à indústria. Pode-se recordar que, em 1895, o congresso constitutivo da CGT dirige-se aos “trabalhadores e funcionários de ambos os sexos e das colônias” (n. 1, item 1). Ademais, existe um debate dentro do sindicato, até 1914, sobre como reagir a esta evolução das mulheres no mercado de trabalho.

Considerado como um campo, o sindicato na verdade está cortado por várias concepções, que expressam também frequentemente diferentes posições políticas. Muitas vezes, nas pesquisas, as posições recalcitrantes à entrada das mulheres na Confederação são definidas em relação à influência de Joseph Proudhon¹⁴ e seu legendário sexismo que considera que o trabalho é público, cabendo aos homens dele participar, enquanto a casa é a esfera privada e representa o lugar feminino. No entanto, esta posição não é unânime: Jules Guesde, por exemplo, defende o trabalho das mulheres. Influenciado pela leitura de Marx, ele acha necessário integrá-las ao sindicalismo para a formação de sua consciência de classe (GUESDE, 1898).

¹³ Esta parte foi elaborada com a ajuda do estudo de Dumas, Maryse, “8 mars 1910-2010, cent ans de luttes, en France et dans le monde, pour les droits des femmes”, 8 mars 2010, Institut CGT d'histoire sociale, Disponível na página da IHS: http://www.IHS.CGT.fr/img/pdf_8_mars_2010_-_CF_Maryse_Dumas.pdf, assim que com o trabalho de Jocelyne George, cujas pesquisas são referenciadas ao longo desse artigo.

¹⁴ Ver o Congresso sindical de Rennes, 26 de setembro - 1 de outubro de 1898. Neste Congresso, a resolução tomada consiste em limitar o trabalho da mulher à obrigação de fazer face às necessidades; “em todos os meios, devemos procurar espalhar essa ideia que o homem deve alimentar a mulher.”

Mas, acima de tudo, é o argumento da estratégia econômica que é geralmente colocado no centro do debate. Na verdade, o trabalho feminino é considerado, no sistema de produção, particularmente pelos empregadores, como tendo um valor menor que a força de trabalho masculina e, portanto, pode lhes ser favorável para conseguir comprimir os salários. A instauração de uma estratégia de distinção dos sexos na produção abre as portas à intensificação da concorrência entre os assalariados e as assalariadas e à possibilidade da perda de emprego ou, mais geralmente, de uma diminuição de salário dos homens se eles não querem ser substituídos. Assim, as discussões giram em torno da questão de saber como não agravar as condições de vida do assalariado entendido como força coletiva, como não dividi-lo e conseqüentemente não enfraquecer a sua força para lutar.

Em outras palavras, as discussões gerais são consequência de uma estratégia econômica que o sindicalismo tem que enfrentar. Vale notar também que a resistência possível é heterogênea, segundo as diferentes esferas de produção, quer se trate do sindicalismo de profissão ou do sindicalismo de indústria, como do grau de diferença entre os salários, ou do número de mulheres presentes em uma esfera¹⁵. Assim, por exemplo, a Federação dos Metais é menos hostil à presença de mulheres do que a Federação do Livro, enquanto a Federação do Tabaco e a Federação do Vestuário têm uma representação sindical feminina de mais de 50% desde o começo do século XX. Nos Congressos da CGT do fim do século XIX, esse tema é abordado em 1888, 1892, 1894 e 1898, o que demonstra um interesse por esta questão. É a ligação entre a luta contra a baixa remuneração e a reivindicação por um salário igual que constitui a frente comum e fornece uma resposta à divisão sexual do trabalho. No mais, a defesa das leis para a proteção do trabalho das mulheres – que inclui uma proibição do trabalho noturno – vai servir de abertura para a melhoria do trabalho dos homens, o que Louisette Blanquart qualifica de “motor” (BLANQUART, 1974, p. 52).

Longe de desrespeitar as figuras feministas emergentes na França, as obras estudadas recordam, ao contrário, que a constituição da luta feminista fora do campo sindical está em curso e mostram que, no início do século 20, os debates ocorrem não somente entre feministas e mundo sindical, mas também entre feministas sindicalistas e outro grupo feminista organizado nomeadamente em torno de Marguerite Durand.

¹⁵ Em 1906, ha 56% das mulheres na indústria textil, 19% na indústria de alimentos, 21,5% na indústria do livro, 6% na madeira, 32% em metalurgia fina, 41% em borracha e papel-cartão, 12% na indústria química, 16% no ramo de couros e peles. Blanquart, Louisette, *Femmes: l'âge politique?*, Paris, Éditions sociales, 1974, p. 38.

Quanto a isso, podem-se localizar dois conflitos. Em primeiro lugar, Marguerite Durand, jornalista, feminista, tenta organizar as mulheres que trabalham na edição de livros. Ela apoia a criação de um sindicato de mulheres esteno-datilógrafas composto só por mulheres na mesma área de trabalho. Durante uma greve organizada pelo sindicato dos tipógrafos em 1901, aquele sindicato de mulheres decide orientar as trabalhadoras a substituir em seus postos de trabalho os grevistas homens em luta, considerando o sindicato dos tipógrafos como oponente às mulheres. Em segundo lugar, em 1907, a mesma Marguerite Durand é nomeada presidente de uma comissão de trabalho de mulheres, organizada pelo Ministério do Trabalho, e convoca um Congresso do Trabalho das Mulheres dirigindo-se a 383 federações, das quais 77 lideradas por mulheres. Poucas federações respondem positivamente, interpretando esta ação como estratégia de cooptação política frente a um feminismo sindical que está se organizando cada vez mais (BLANQUART, 1974, p. 52.). Na sua intervenção, a feminista lembra às mulheres sindicalistas que a comissão não serve para “reformular a sociedade, mas para que nos preocupemos apenas com o trabalho das mulheres”, o que provoca viva consternação. Além disso, sua posição parece querer dizer, para várias trabalhadoras, que o sindicato não está preocupado com as questões do trabalho das mulheres enquanto o Ministério do trabalho sim, o que é, ao contrário, considerado por muitas como uma hipocrisia, na medida em que a proteção a seu trabalho seria o produto de uma luta contra o Estado. Além disso, a Confederação conquista uma lei que proíbe o trabalho de mulheres e crianças no período noturno, na esperança de abrir um caminho à posterior obtenção da mesma conquista aos homens.

A partir de certo momento, mulheres e homens sindicalistas reconhecem que a CGT deve criar organizações concretas para as mulheres. Organiza-se então o Comitê de Ação Sindical das Mulheres. Em 1914, a Confederação lança uma campanha de sindicalização das mulheres e cria um comitê para cada união departamental, regional e central, para discutir e organizar as trabalhadoras, notadamente com o apoio de várias feministas professoras no ensino básico.

Portanto, a essas questões que se tornaram comuns, ou seja, de saber “quais pressupostos de gênero os sindicatos estruturaram neste período de crise e ruptura?” e “como os sindicatos têm recriado e perpetuado ou criticado as hierarquias de gênero após a primeira guerra mundial e o período de entre guerras?” (FRADER, 1996, p. 15), pode-se responder, a partir dos elementos mostrados até aqui, que, de um ponto de vista epistemológico, as diferentes posições da Confederação devem ser entendidas à luz da

dinâmica do campo sindical, que é constituído de debates, os quais se situam dentro de uma dinâmica, antes de tudo, determinada pelas diferentes formas capitalistas de explorar o trabalho das mulheres.

Após 1945: uma luta que se generaliza e a criação de estruturas adaptadas

O feminismo sindical intensifica-se após a segunda guerra mundial: as mulheres substituíram os homens nas fábricas durante a guerra e participaram da resistência, em grande parte organizada pela CGT. Este período assinala a integração contínua das mulheres no seio da Confederação, que mantém a mesma reivindicação por maiores salários e igualdade ao dos homens, com a diferença de que a Confederação ganha a luta para o serviço público unificado. De fato, logo em 1945, ela pretende unificar as categorias públicas, dando-lhes um estatuto único, o que vem a unir as reivindicações salariais. Depois de 1945, o sindicalismo se desenvolve em três frentes no que diz respeito às mulheres trabalhadoras: por uma parte a luta salarial, em continuidade com as reivindicações de antes da guerra; por outra, acelera-se também a reivindicação e a organização de espaços de formação, na medida em que a força de trabalho feminina é paga, em geral, no valor de um trabalho sem qualificação e a formação é nesse sentido considerada como uma maneira de combater as diferenças salariais. Finalmente, a proteção social das mães e das crianças torna-se um desafio para o sindicalismo, luta que passa pela criação e pelo fortalecimento da proteção social, assim como pela obtenção de políticas públicas – puericultura para crianças, apoio às famílias para atender às necessidades, redução do tempo de trabalho, considerando que as mulheres fazem uma jornada dupla etc. Pode-se, portanto, constatar a variedade e a importância das lutas conduzidas no âmbito do feminismo sindical até 1973, momento da criação do ramo universitário da “história das mulheres” em plena construção do MLF (Mouvement de Libération des Femmes).

É útil, de modo a reforçar o que vem de ser exposto, enumerar algumas destas lutas:

- Em 1946, Marie Couette, resistente, membro da Federação CGT dos Correios, Telégrafos e Telefones (PTT), que é a primeira mulher a entrar no Secretariado Confederal, reivindica o direito ao trabalho das mulheres, mas também luta no plano político para a reforma do código civil para a igualdade de direitos das mulheres casadas, para alterar a declaração dos direitos humanos, adicionando o termo

“mulheres”, mostrando assim que o feminismo sindical está longe de se desviar da questão política ou de ignorar as especificidades da luta das mulheres, como sugere o corte clássico entre mundo do trabalho e mundo político. Ocorre ao mesmo tempo a 1ª Conferência da CGT sobre o “trabalho feminino”, bem como a criação do “Boletim das trabalhadoras” usado para expor as especificidades de suas lutas.

- Em 1948, o Congresso da Federação de Metalurgia da CGT coloca no centro das suas preocupações a realização de cursos de formação para as mulheres, afirmando que “chegou a hora das mulheres metalúrgicas”, para acabar com a discriminação de sexo. Da mesma forma, esta Federação organiza os primeiros cursos na França do “parto indolor” (“accouchement sans douleur”) (DREYFUS, 1999). Muitas vezes representado como viril e masculino, como um “sindicalismo masculino que, por definição mesma, exclui as mulheres” (FRADER, 1996, p. 15), a Federação da Metalurgia propõe inovações que estão longe desta imagem e lembra aos pesquisadores que o estudo do movimento da classe trabalhadora toma sentido quando é entendido em adequada profundidade temporal e enquanto conjunto. Da mesma forma, a Federação do Vestuário reivindica este ano a igualdade dos salários.

- Em 1951, a CGT pede o aumento dos salários de acordo com o lema “a trabalho igual, salário igual”, a diminuição da intensidade do trabalho, a remoção do desconto salarial devido à idade, a luta pela jornada de 40 horas em 5 dias na semana, mantidos os valores pagos pela de 48 horas. Também reivindica o aumento dos auxílios públicos para as famílias (allocations familiales), já que as trabalhadoras são, em grande parte e ao mesmo tempo, mães de família.

- Em 1955 cria-se a revista *Antoinette*, única revista para mulheres que já existiu no mundo sindical.

- Em 1964 a campanha “O tempo de viver” (“Le temps de vivre”) é lançada, sublinhando o duplo trabalho diário das mulheres. A CGT é, no período estudado, o único sindicato a reivindicar a independência das mulheres e a questionar o modelo de mulher como mãe do lar¹⁶.

- Em 1966 ocorre uma Conferência Nacional para as reivindicações e a organização das mulheres trabalhadoras.

- Em abril de 1967, realiza-se o Encontro Nacional para a “revalorização e a igualdade

¹⁶A CFTC pede ao mesmo tempo o retorno das mulheres ao lar, e seu primeiro secretário afirma que “lugar de mulher é em casa”, Blanquart, Louise, *Femmes: l'âge politique?*, Paris, Éditions sociales, 1974, p. 125.

de salários, para a formação profissional e a promoção das mulheres em todos os setores”. As reivindicações são: “trabalho igual, salário igual”, igualdade de classificação para uma mesma qualificação, a recusa a considerar o salário das mulheres como um salário extra, por escolas públicas de homens e mulheres sem discriminação de sexo, pelo acesso das mulheres a todos os trabalhos de responsabilidade.

- Em maio de 1973, juntando os trabalhos de suas organizações confederadas, durante a 5ª Conferência Nacional chamada “Ter os filhos que desejamos” (“Avoir les enfants que l’on désire”), a CGT reivindica “o uso de contraceptivos, a revogação da legislação repressiva sobre o aborto e o desenvolvimento de uma nova legislação suscetível de responder a este problema dramático e cruel”. Jocelyne George nota também que “dois anos e alguns meses separaram esta tomada de posição da irrupção do MLF” (GEORGE, 2008). Em outras palavras: a CGT leva esse projeto antes do movimento feminista. A autora também recorda que, no mesmo ano, o 38º Congresso Nacional da CGT afirma claramente a especificidade do combate que as mulheres têm de enfrentar: “o programa de ação adotado pelo 38º Congresso da CGT é feito para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras de qualquer categoria. No entanto, o papel das mulheres no trabalho, o papel que têm na família, seu lugar inferiorizado na sociedade, suscita motivações específicas de luta para a satisfação das reivindicações gerais e envolvem conjuntamente uma atividade para a defesa das reivindicações que são específicas a elas. O programa reivindicativo, portanto, contém as declarações mais aptas a contribuir para a mudança de sua situação”. Assim, a afirmação de Danièle Kergoat e Elsa Galerand de que “trabalhadora não é o feminino de trabalhador” (GALERAND, KERGOAT, 2014, p. 12), sobre a qual posteriormente a sociologia do gênero se basearia para entender o mundo do trabalho, já estava pensada e aplicada dentro deste movimento.

- Do ponto de vista interno à Confederação, na década de 1960-1970 essa política dá resultados: em 1963, como confirma Jocelyne George, “quarenta sindicatos departamentais são compostos de um coletivo de mulheres, 885 trabalhadoras participam de um curso de educação entre o 33º e o 34º Congresso. Em 27 departamentos que realizaram seu congresso, mais de 39 mulheres tornaram-se membros das comissões administrativas. Para 21 departamentos, onde a comparação é possível, encontram-se 24 mulheres a mais nas comissões executivas que são membros dos órgãos da Confederação, 14 mulheres a mais nos escritórios e 3 mulheres a mais em secretariados” (GEORGE, 2008). Em 1978, a CGT é a central sindical que tem o maior

número de mulheres nas direções; no Comitê Executivo Nacional, passam de 20 a 27% entre 1965 e 1978. A percentagem de mulheres entre os delegados do Congresso passa de 15,9% em 1967 para 25% em 1975. Assim, a questão da qual muitas vezes se parte, ou seja, saber “como o gênero ajudou a definir interesses sindicais afastados dos interesses específicos das mulheres?” (FRADER, 1996, p. 15), fundamenta-se em uma perspectiva que ignora o que vem de ser exposto. A afirmação de tal fato pode ser confrontada com o que precede, de modo a que o leitor mesmo avalie o que se silencia sob certas questões gerais da versão acadêmica da “história das mulheres”. O próprio termo “interesses sindicais”, por exemplo, pode pretender abranger uma realidade geral que é mais complexa do que o próprio termo dá a entender.

Hipóteses de trabalho

A análise feita até aqui revela uma questão importante para a compreensão da história das mulheres: como o papel central do feminismo sindical na luta para a aquisição dos direitos das mulheres na França no século XX pode ter uma tão pequena visibilidade histórica? Ou ainda, como é que, mesmo quando aparece, isso se dá em exposições ou interpretações que retiram as reivindicações fundamentais que estiveram, no entanto, na vanguarda da luta das mulheres, constituindo-se em precursoras – como, por exemplo, a proposta do “parto sem dor” e as demandas públicas por direito à interrupção voluntária da gravidez, levadas à frente antes mesmo da existência do movimento feminista –, indo mesmo, por vezes, ao ponto de *inverterem* o papel da CGT, apresentando-a como um obstáculo histórico para a emancipação das mulheres?

Do confronto entre as análises precedentemente examinadas do papel do sindicalismo nos movimentos feministas, sobressai que o ramo da “história das mulheres”, que constitui uma parte do campo acadêmico, falhou ao excluir essa parte da história, não lhe conferindo o lugar que merecia, assim como privilegiou o prisma das insuficiências do sindicalismo sem ter levado em conta ao mesmo tempo seu papel de liderança nas lutas feministas. O trabalho do pesquisador é agora o de dar um passo a mais e de questionar, por uma parte, as razões e as oportunidades históricas, sociais e políticas que permitiram o surgimento de tal discurso, de tal história das mulheres que se escreveu *sem* o feminismo sindical, mas também, como vimos, *contra* ele e seus elementos principais, e, por outra parte, as consequências teóricas e práticas que pode ter esse discurso. Por conseguinte, uma hipótese geral pode ser extraída:

- Podemos nos perguntar qual é o resultado produzido pela retirada do feminismo sindical da história das mulheres: quer-nos parecer que a história das mulheres, tal como se escreveu no campo acadêmico, participa da produção de um discurso de desligamento entre os dois tipos de lutas, ou seja, põe de um lado a luta social ou “luta de classes” e de outro lado o “feminismo”. Ainda mais: esta falha na história do feminismo pode ajudar a compreender a perspectiva hoje generalizada segundo a qual ele teria nascido de uma emancipação, de uma autonomização da luta das mulheres relativamente às organizações tradicionais da luta social.

Um ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa fundada sobre essa hipótese geral pode ser o estudo da organização do campo acadêmico francês no momento em que se dá o surgimento da chamada “história das mulheres”. O conceito de campo permite de fato dar conta da lógica específica de uma esfera da realidade, que, mesmo sendo dependente e determinada das outras esferas do mundo social, possui uma dinâmica própria e uma lógica interna que lhe determina as características. O campo é um espaço que tem suas regras e objetos próprios, reconhecidos e codificados em, por e para a instituição do Estado, e atravessado por diferentes lutas e tendências para dominá-lo (BOURDIEU, 1999). Este conceito impede também qualquer possibilidade de abstração ou de generalização que ignore a dinâmica específica dos campos diferentes em momentos distintos de suas histórias. Assim, a dominação de gênero, que pode ter no senso comum um caráter universal, precisa ser entendida com suas especificidades segundo a configuração dos lugares nos quais se insere. Portanto, a base da discussão a seguir é uma tentativa de análise da configuração acadêmica nas décadas de 1960-1970, principalmente em Paris, e das representações que esta oferece dos diferentes atores das lutas sociais. Dentro disso, três hipóteses de trabalho podem ser exploradas.

(1) Um tempo que é próprio ao campo acadêmico

Em primeiro lugar, o elemento da especificidade do campo acadêmico parece essencial para a compreensão da lacuna que nos interessa aqui interpretar: a estrutura do campo acadêmico francês é inegavelmente atravessada por uma lógica de gênero que o constitui, mas cujas principais características são modificadas após a abertura massiva da Universidade a amplos setores da classe trabalhadora – mas não a toda população – e às mulheres, bem como uma desvalorização dos diplomas no mercado de trabalho,

processo em curso desde a década de 1960. De fato, o espaço acadêmico é estruturado, pelo menos desde Napoleão, por um masculinismo muito forte e uma tradição da elite que exclui as mulheres das disciplinas nobres, como a história e especialmente a filosofia, considerada como disciplina de “coroação” (“couronnement”) (FABIANI, 1983, 2010) dos estudos de um indivíduo, que funde a constituição da elite em um princípio masculino e uma hierarquia das tarefas tradicionais. Esta posição também reflete um problema do sistema republicano francês, que tende a realçar o mérito pessoal enquanto relega ao mesmo tempo as mulheres a uma incapacidade biológica, e constrói uma história oficial nacional que retém muito pouco as mulheres (RENNES, 2007). Além disso, Claude Zaidman lembra que a geração universitária que participou dos eventos de 1968 é particularmente sexista (ZAIDMAN, 2007). Essa tradição, confrontada à chegada das mulheres na Universidade, certamente deixou emergir mudanças, que, no entanto, não podem ser deduzidas umas das outras: com efeito, a presença de mulheres em um espaço está longe de ser suficiente para fazer surgir sozinha uma tomada de consciência dando sua origem ao feminismo, pois a relação entre uma condição e a consciência desta condição não é mecânica. Por sua vez, a pesquisa de novos espaços de legitimidade em um campo que antes se recusava a recebê-las pode ter ajudado a evidenciar as dificuldades práticas de acesso, as quais podem ter ensejado, como resposta, estratégias de legitimação e de compreensão destas dificuldades. A criação da história das mulheres pode ser, nesse sentido, o resultado desta situação.

Assim, no campo universitário, no qual as mulheres chegam, é verdade que a história das mulheres não é conhecida nem transmitida e que as mulheres têm pouca legitimidade. A década de 1970 aparece, por consequência, para muitas feministas, como o momento histórico de tomada de consciência a respeito da opressão das mulheres. Mas aqui aparece um problema: a historiadora do feminismo Geneviève Fraisse recorda o significado de sua abordagem: “primeiro o movimento feminista acreditou em seu nascimento espontâneo, irrupção em uma história que sempre nos tinha ignorado. (...) Mas se os tempos fortes do início do movimento sugeriram-nos que nós inventamos tudo, os tempos de dispersão questionavam mais nosso lugar no passado” (FRAISSE, 2012, p. 21). A historiadora Françoise Picq afirma, da mesma maneira, que “se a primeira publicação do MLF foi intitulada 'Liberção das mulheres, ano zero', é que estávamos inconscientes da história do feminismo e que não nos situávamos na sua continuidade” (PICQ, 2012). Nessas duas lembranças, que poderiam

ser comparadas com outras, as historiadoras reconhecem o desconhecimento do passado das lutas feministas, assim como a falta de dimensão histórica que o movimento teve.

Como entender essa posição? De um ponto de vista da lógica própria do campo, segundo o que foi dito acima a respeito do sexismo da academia, parece lógico que as suas culturas universitárias não teriam transmitido este passado. Mas este desconhecimento coloca ao mesmo tempo outra pergunta quanto ao grau de conexão dos movimentos feministas universitários aos movimentos feministas sindicais e a outros movimentos políticos, como o PCF, que apoiaram a luta dos direitos das mulheres. Jocelyne George aponta que os grupos feministas, nascidos em 1968, principalmente nas universidades parisienses, “tinham muito pouco contato com feministas e grupos de trabalho”, apesar de reivindicarem um caráter político (GEORGE, 2008). É necessário estudar, nesse sentido, se não houve uma confusão entre a dinâmica interna do espaço acadêmico e a dinâmica dos outros espaços: parece de fato que o sexismo do campo universitário foi colocado pelas autoras em outros campos da realidade como se tivessem acontecido da mesma maneira, e como se o tempo de pesquisa tivesse sido superposto ao tempo da luta social. Da mesma maneira, por exemplo, quando Michelle Perrot lembra a anedota que a fez escolher trabalhar num primeiro momento com a história dos operários – ela perguntou para um professor se podia trabalhar sobre a história das mulheres e ele a aconselhou a trabalhar sobre a história dos operários –, certa concorrência pode ser explicada pela lógica do espaço em que ela se encontra, mas parece ter sido colocada como uma concorrência política e também teórica entre os dois movimentos, dos trabalhadores e das mulheres.

(2) O nascimento do discurso acadêmico feminista sobre as insuficiências do marxismo

Em segundo lugar, parece necessário estudar o tipo de relações que o campo político teve com o campo universitário durante os anos 1960. Parece que a palavra chave deste período é esta: marxismo. Devemos perguntar, a partir dessa constatação, qual é a representação que este campo imprime nos conceitos relacionados a essa concepção do mundo durante os anos 60. Portanto: o que significam, em geral, os termos “marxismo”, “comunismo”, “luta de classes”, neste campo acadêmico, para estas pesquisadoras, neste momento? Que representação este campo tem desses conceitos, que é preciso historicizar para entender?

O chamado marxismo universitário é várias vezes descrito como tendo sido um

paradigma dominante no ambiente acadêmico desses anos. Quando, por exemplo, a filósofa feminista Christine Delphy descreve a origem do seu conceito de materialismo histórico criado em 1974, afirma que estudou em um tempo em que “o paradigma do pensamento marxista era muito presente, e mesmo dominante”, ainda que precise que era “muito menos presente junto aos professores que entre os estudantes” (DELPHY, 2013, 7’40-8’15). Da mesma forma, em 2011, Françoise Collin comenta a gênese autobiográfica de sua história nos seguintes termos (apesar de ser Belga, ela conta que tinha com a academia francesa “constantes relações e permanentes imbricações”): “nessa época a cena era estruturada pelo marxismo”, “o comunismo aparecia como um tipo de esperança”, “como se apresentava naquela época, [o marxismo] aparecia como uma solução feita sob medida para os problemas” (COLLIN, 2011, 10’45-11’20). Assim, é necessário estudar essa representação universitária do marxismo, o que significa, e as tendências dominantes que a atravessam. Isso porque ao mesmo tempo em que esse paradigma é visto como dominante, as autoras vinculadas à “história das mulheres” lembram que o referido paradigma entrou rapidamente em crise.

Sobre o tema em questão, Christine Delphy afirma que o discurso dominante afirmava que as mulheres eram “menos oprimidas que os proletários, porque eram eles os explorados”, mas nota, a partir de sua própria experiência pessoal, que sua mãe, no entanto, sempre trabalhou mais do que seu pai (DELPHY, 2013m 9’15-9’30). Ou seja, parece ser contra o discurso característico do setor estudantil do campo que a historiadora escreve, e nesse sentido podemos dizer que começa a se estabelecer uma concorrência. Françoise Collin recorda-se de que fez uma viagem aos países do Leste e enuncia: “Entendi a catástrofe da ideologia salvadora” (COLLIN, 2011, 13’-13’15). Dois comentários devem ser feitos em relação a essas afirmações: de um lado, se o pesquisador não toma o devido cuidado pode interpretar tais frases sem situá-las historicamente, tomando-as enquanto fatos gerais, quando o correto é compreendê-las a partir do espaço no qual as autoras se situam, espaço bem preciso cujas determinações o pesquisador deve ser capaz de encontrar e explicitar. De outro lado, a consequência de tais discursos é notável: Christine Delphy acrescenta que era necessário estudar “outro modo de produção, que não o capitalista” (DELPHY, 2013, 10’05-10’10), enquanto Françoise Colin explica ter evoluído em direção a uma inversão total de seu pensamento que em um primeiro momento foi marxista: “o materialismo dialético era, no fundo, um idealismo terrível” (COLLIN, 2011, 13’15-13’30).

Dito de outro modo, o quadro de análise da luta de classes, que é aquele da

Confederação sindical estudada, é diversas vezes apresentado como o primeiro elemento que deve ser superado para que se possam construir os estudos feministas. Essa posição parece ter uma consequência epistemológica que situa o marxismo como elemento a superar para que se possa constituir uma história das mulheres, o que põe por sua vez uma pergunta verdadeiramente contemporânea quando o pesquisador quer relacionar as teorias marxistas e as teorias feministas unicamente desde um ponto de vista teórico, sem ter em conta os aspectos históricos e sociológicos. Tudo isso leva a crer que a reflexão de Claude Zaidman, que afirma que “na passagem do discurso político anticapitalista, antifascista e internacionalista que caracteriza a esquerda marxista dos anos 1960 na França aos ‘novos movimentos sociais’ dos anos 1970, o movimento feminista desempenha um papel central” (ZAIDMAN, 2007, p. 4), está no próprio coração da presente pesquisa.

(3) O feminismo e os outros campos

Os acontecimentos de 1968 têm, sem dúvida alguma, uma visibilidade que persiste até os dias de hoje. Entretanto, podemos supor que essa visibilidade depende também de todo um conjunto de dinâmicas sociais. Com efeito, a história das mulheres, assim como as teorias feministas, parecem constituir apenas debilmente, pelo menos até os anos 1980, um campo, ou seja, um espaço de pensamento autônomo com a mesma importância ou no mesmo nível que disciplinas como a história ou a filosofia, por um lado porque a diferença entre os sexos é considerada como um prisma transversal às ciências pré-existentes, e, por outro, por falta de legitimidade institucional e de reconhecimento frente aos saberes tradicionais.

Claude Zaidman enuncia, então, que “o feminismo é antes de tudo uma história sobre a qual recebemos vagos ecos deformados, um evento histórico que data dos tempos dos pais, do tempo do nascimento” (ZAIDMAN, 2007, p. 15). Nesse sentido, seria interessante analisar em que sentido a posição de debilidade no campo acadêmico contribuiu para uma reapropriação dessa história por outros campos. A autora Jennifer L Sweatman, que propôs um estudo sobre as estratégias usadas por uma parte das mulheres vinculadas ao MLF com o objetivo de ganhar espaço editorial, revela a instabilidade do feminismo acadêmico que tinha de, muitas vezes, se adaptar à evolução do mercado editorial. Ela chama a atenção, deste modo, à virada liberal dada pela revista *Éditions des femmes* de Antoinette Fouque, devida menos a suas opiniões do que

a uma estratégia geral do campo editorial dos anos 1980 visando à adaptação aos novos ventos da opinião pública hegemônica neoliberal (SWEATMAN, 2014).

Além do mais, é interessante propor uma análise do peso cada vez maior do “campo mediático” que se organiza ao redor de uma crítica constante do termo “marxista” – ver, por exemplo, o deslocamento realizado e as posições teórico-políticas assumidas pelos “novos filósofos” (“nouveaux philosophes”) – na aquisição da legitimidade como intelectual que se desenvolve fora da universidade (BOURDIEU, 1994; CHAMPAGNE, 2006).

Os anos 1980 viram, também, nascer o “feminismo de Estado”, cuja interpretação do movimento feminista podemos e devemos questionar: suas posições foram conquistadas graças à luta social, mas em sua representação as causas são parlamentares, e, por exemplo, o Ministério dos direitos da mulher, criado em 1981, pode aparecer mais como uma causa do que como uma consequência de uma luta em torno dos direitos das mulheres (LÉVY, 1988).

Esse conjunto de interpretações parece produzir uma história nacional do feminismo bem particular. Françoise Picq lembra que “é somente muito mais tarde, sem dúvida para legitimar a captação, que foi forjada a lenda da ‘fundação’ do MLF. Pode-se vê-la aparecer em dezembro de 1990: ‘O MLF foi fundado em 1970 por Antoinette Fouque, Josiane Chanel e Monique Wittig’. É também em nome dessa lenda que foi lançado hoje um chamado a celebrar o quadragésimo aniversário do Movimento de Libertação das Mulheres” (PICQ, 2008)¹⁷. A autora faz referência a algumas feministas que registraram (literalmente) a marca MLF, tendo-se inscrito enquanto fundadoras do movimento, visão largamente reproduzida pelo campo mediático até hoje. A historiadora Christiane Rochefort escreve, a propósito desse evento: “Cuidado, [o movimento] está no limite da sigla. – MLF. Aí está, agora sim... É assim que a gente se divide; que se divide a luta; e que uma elite se apropria, sem pensar, de um movimento de luta”. Nesse sentido, deve-se analisar como a história das mulheres, elaborada no campo universitário francês, é legatária de relações que não são propriamente pertinentes a esse campo – e como essas influências atravessam a história que recebemos hoje.

Por fim, a constituição de certa história com dominância norte-americana, que

¹⁷ Ver sobre este assunto a controvérsia após a morte de Antoinette Fouque, considerada pelos meios de comunicação como co-fundadora do movimento, e a reação de varias feministas: <<http://re-belles.over-blog.com/article-le-dossier-antoinette-fouque-122776832.html>>.

criou um “feminismo francês” (“french feminism”) e, devido a sua importância editorial e a sua capacidade hegemônica, o difundiu largamente, parece participar também desta reescrita da história das mulheres (THOMPSON, 2005). Christine Delphy (2005) já mostrou em um artigo que a história contada pelos estudos americanos não corresponde à realidade, já que faz aparecerem no centro da cena figuras que não são politizadas. Deve-se, portanto, estudar como as diferentes instâncias exteriores à Universidade repetiram, ou mesmo reforçaram, a invisibilidade do feminismo sindical.

Referências Bibliográficas

AVRAN Isabelle, **La Fédération C.G.T. de l'habillement. Discours et pratiques syndicaux dans une branche professionnelle à majorité féminine, 1947-1968**, Mestrado (dir. A.Prost, J.-L. Robert), Universidade de Paris 1, 1983, 302 p, Inédito.

BARON, Ava, citada em FRADER L., Laura “Femmes, genre et mouvement ouvrier en France aux XIXe et XXe siècles: bilan et perspectives de recherche”, **Clio. Histoire, femmes et sociétés**, 3, 1996.

BLANQUART, Louissette, **Femmes: l'âge politique**, Paris, Éditions sociales, 1974, 183 p.

BOURDIEU Pierre. “L'emprise du journalisme”, **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 101-102, mars 1994. pp. 3-9.

BOURDIEU, Pierre, “Le fonctionnement du champ intellectuel”, **Regards Sociologiques**, n°17/18, 1999, pp. 5-27.

CHAMPAGNE, Patrick, “A propos du champ journalistique. Dialogue avec Daniel Dayan”, **Questions de communication**, 10, 2006, pp. 197-210.

CHAPERON, Sylvie, **Féminisme et socialisme, une histoire conflictuelle**, Université Populaire de Toulouse, 4 décembre 2012: <http://www.universitepopulaireretoulouse.fr/spip.php?article147>

COLIN, Madeleine, **Femmes, syndicats, luttes de classe, Ce n'est pas d'aujourd'hui...**, Paris, Éditions sociales, 1975, 246 p.

COLLIN, Françoise, conferência dada em 19 de março de 2011, durante o ciclo **Quarante ans de recherche sur les femmes, le sexe et le genre**, auditorium de la Grande Galerie de l'Évolution, Muséum national d'Histoire naturelle : http://www.dailymotion.com/video/xjh7ph_

CONFÉDÉRATION GÉNÉRALE DU TRAVAIL, **Les femmes salariées, préface de Georges SÉGUY**, Paris, Éditions sociales, 247 p.

DELPHY, Christine, “The invention of french feminism: an essential move”, Yale

French Studies, Num. 97, 50 Years of Yale French Studies: **A Commemorative Anthology**. Part 2: 1980-1998 (2000), pp. 166-197.

DELPHY, Christine, **Le féminisme matérialiste**, conferência na Sorbonne em 11 de dezembro de 2013, 7m42-8m05: <https://www.youtube.com/watch?v=QKboHv8V2ig>

DENIS-MORILLON, Agnès, **Les femmes et le syndicalisme dans la Fédération CGT de l'habillement (1936-1946)**, Maîtrise (dir. A. Prost, J.-L. Robert), Universidade de Paris 1, 1981, 268 p.

DREYFUS, Michel, “La polyclinique des Bluets et les débuts de l'accouchement sans douleur (1938-1957)”, *Matériaux pour l'histoire de notre temps* Année 1999, Volume 53, Num. 1, pp. 27-33.

DUBOIS, Pierre, “Reviewed Work: Les Syndicats à l'épreuve du féminisme by Margaret Maruani”, *Revue française de sociologie* Vol. 21, No. 4 (Oct. - Dec., 1980), pp. 670-672.

FABIANI, Jean-Louis, **Les Philosophes de la République**. 1988, 192 p.

FABIANI, Jean-Louis, **Qu'est-ce qu'un philosophe français?, La vie sociale des concepts (1880 - 1980)**, Paris, Éditions de l'EHESS, 2010, 320 p.

FRAISSE, Geneviève, **La fabrique du féminisme, Textes et entretiens**, Le Passager clandestin, coll. Essais, 2012, 256 p.

GALERAND, Elsa e KERGOAT, Danièle, “Les apports de la sociologie du genre à la critique du travail”, *La nouvelle revue du travail*, 2014 p. 12.

GAUTHIER, D., RAYNAL M., **La CGT et les femmes de 1945 à nos jours**, Mestrado (Dir R. TREMPÉ), Universidade de Toulouse, 1979, não publicado.

GEORGE, Jocelyne, “L'action de la CGT pour l'émancipation des femmes travailleuses entre 1966 et 1984”, Paris, 2008, **Institut d'Histoire Sociale CGT**: http://www.ihs.cgt.fr/IMG/pdf_contributionJGEORGE.pdf

GEORGE, Jocelyne, **Les féministes de la CGT. Histoire du magazine Antoinette (1955-1989)**, Paris, Éditions Delga, 2011, 236 p.

GEORGE, Jocelyne, **Les femmes travailleuses**, encontro-debate, Paris, Librairie des Tropiques, 7 de março de 2012: <http://www.dailymotion.com/playlist/x20gme_urbain_glandier_le-feminisme-des-travailleuses/1#video=xq0s6g>

GUESDE, Jules, “La femme et son droit au travail”, discurso publicado em a revista **O socialista**, 9 de outubro de 1898.

HAMELIN, David, “Aux sources de l'histoire syndicale française, retour sur les Bourses du travail”, *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*, 116-117, 2011, pp. 13-24.

HUARD, Raymond, **Mouvement ouvrier et République, un aperçu de 1830 à nos jours**, le 9 décembre 2010 : http://www.ihs.cgt.fr/IMG/pdf_ConferenceRHuard.pdf

JOUIN M, **Les femmes et les syndicats CGT et CFDT**, mestrado de ciencias políticas, Universidade de Paris 1, 1975.

JULIENNE, Annie, **Le rôle du magazine féminin de la CGT Antoinette dans les luttes menées par les femmes pour leur libération entre 1970 et 1982**, Universidade de Paris 7, tese sob a direção de Michelle Perrot, 1982.

LABBÉ, Dominique, “Les travaux sur la CGT, 1945-1993”, **Communisme, revue du centre d'étude d'histoire et de sociologie du communisme**, 3e et 4e semestre 1993-1er semestre 1994, n°35-37, pp. 191-237.

LÉVY, Martine, **Le féminisme d'État en France, 1965-1985 – vingt ans de prise en charge institutionnelle de l'égalité professionnelle entre hommes et femmes**, thèse de l'Institut d'Études Politiques, 1988.

LISZEK, Slava, **Marie Guillot, de l'émancipation des femmes à celle du syndicalisme**, Paris, L'Harmattan, 1994, 316 p.

MARUANI, Margaret, **Les syndicats à l'épreuve du féminisme**, paris, Syros, 1979, 274 p.

MICHEL, Louise, **La Commune. Histoire et souvenirs**, Paris, 1898, (reedição La Découverte, 2015)

PERROT, Michelle, “les femmes et le syndicalisme”, **Conferência para o colóquio da CGT Les femmes et syndicalisme**, em 2 de dezembro de 1999: <<http://bbernard.canalblog.com/archives/2015/01/30/31432163.html>>

PERROT, Michelle, **Mélancolie Ouvrière**, Paris, Grasset, 2012, 185 p.

PICQ, Françoise, “MLF : 1970, année zéro”, **Libération**, em 7 de outubro de 2008: http://www.liberation.fr/societe/2008/10/07/mlf-1970-annee-zero_11280274.

PICQ, Françoise, “Féministes des années soixante-dix et d'aujourd'hui, quid de la troisième vague?”, **La Revue du Projet**, n° 15, mars 2012.

POUGET, Émile, **L'action directe**, [1903] texto republicado por Le Flibustier, Marseille, 2009, 56 p.

RADOSH, Ronald, **American labor and United States foreign policy - The cold war in the Unions from Gompers to Lovestone**, Random House, New York, 1969, 463 p.

REBÉRIOUX, Madeleine, **Les Ouvriers du livre et leur fédération**, Paris, Messidor/Temps Madagáscar, 1981, 237 p.

RÉGIN, Tania, “Force Ouvrière à la lumière des archives américaines”, **Cahiers**

d'histoire. Revue d'histoire critique, 87, 2002.

RENNES, Juliette, **Le mérite et la nature. Une controverse républicaine: l'accès des femmes aux professions de prestige 1880-1940**, Paris, Fayard, 2007, 594 p.

SIRMA, Bilge, GAGNON, Mona-Josée e QUADRI, Joëlle, “Des syndicats, du travail et des femmes. Questions pour les féminismes”, **Recherches féministes**, Volume 19, num. 1, 2006, pp. 1-23.

SOHN, Anne-Marie, **Féminisme et syndicalisme, les institutrices de la fédération de l'enseignement de 1919 à 1935 en 1975**.

SWEATMAN, Jennifer L, **The risky business of french feminism: publishing Politics, and Artistry**, Lexington Books, 2014, 226 p.

THÉBAUD, Françoise, **Socialisme, femmes et féminisme**, 2009 Paris, Jean Jaurès Fondation, 58 p.

THOMPSON, Victoria, “L’histoire du genre : trente ans de recherches des historiennes américaines de la France”, **Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique**, 96-97, 2005, pp. 41-62.

VIGNE Madeleine, **Les téléphonistes des PTT. De plus de 50 heures à 35 heures par semaine**, Paris, Edição por conta própria.

WISNER, Clémence, **Antoinette, magazine féminin de la CGT de 1955 à 1969**, Université Paris 1, mémoire de maîtrise, dir Michel Dreyfus, 1999, 132 p.

Z Aidman, Claude, “Le Féminisme”, **Les cahiers du CEDREF**, 15, 2007.

ZYLBERBERG-HOCQUARD, Marie-Hélène, **Féminisme et syndicalisme en France**, Paris, Ed. F Stop, 1978.

Aprovado em: Novembro de 2015